The page features four stylized sun icons in a light gray color. Each sun has a central circle with a smaller dot inside, and several elongated, teardrop-shaped rays radiating from the top and sides. The largest sun is at the top center, with a smaller one to its left, another to its right, and the smallest one at the bottom left.

**ARTIGOS  
ORIGINAIS**

# “TRABALHO FANTASMA”: ESTADO DA QUESTÃO EM TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES INDÍGENAS NO BRASIL

**Elizabeth Garcia Mantilla**  

Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro | Campos dos Goytacazes - RJ - Brasil

**Simonne Teixeira**  

Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro | Campos dos Goytacazes - RJ - Brasil

**Hiran de Moura Possas**  

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará | Marabá - PA - Brasil

submissão: 15/03/2023 | aprovação: 14/06/2023

## RESUMO

A partir de uma leitura desde a antropologia do trabalho latino-americana (Cortés & Raya 2020) e uma crítica à lógica do trabalho capitalista (Illich 2008), faz-se um levantamento bibliográfico da produção científica em teses e dissertações disponíveis no Catálogo da Capes, com o fim de analisar o estado atual da discussão sobre “Trabalho indígena” feita desde as universidades. Em perspectiva comparada, apontam-se as contribuições teóricas desses estudos, assim como o seu aporte ao panorama nacional, e identificam-se categorias mobilizadas para a compreensão de: 1) a luta dos povos indígenas diante das dinâmicas de inserção capitalistas/coloniais e da presença do trabalho escravo; 2) as disputas pela identidade entre ser indígena e trabalhador; e 3) as diferenças e conflitos entre um norte-nordeste amazônico e um Brasil, predominantemente, do Centro-Sudeste. Critérios de seleção foram aplicados segundo a metodologia dos estudos sobre “estado da questão” (Nóbrega-Therrien & Therrien 2004) e de “análise de conteúdo” (Bardin 1977, Carlomagno & Rocha 2016) para determinar um universo de 53 pesquisas até final de maio de 2022, classificadas segundo o título, o resumo, as conclusões e o objetivo central. Identificam-se cinco categorias de análises: 1) História colonial; 2) Economia colonial; 3) Processo de Industrialização; 4) Mercado de Trabalho e Identidade; e 5) Direitos trabalhistas e Políticas indigenistas.

**Palavras-chave:** Trabalho indígena, Relações de trabalho, Indígenas, Estado da questão.

### “GHOST WORK”: STATE OF THE ISSUE IN THESES AND DISSERTATIONS ON INDIGENOUS WORKERS IN BRAZIL

## ABSTRACT

Based on a reading from the anthropology of Latin American work (Cortés & Raya 2020) and a critique of the logic of capitalist work (Illich 2008), a bibliographical survey of the scientific production in theses and dissertations available in the Catalog from Capes with the aim of analyzing the current status of the discussion on “Indigenous work” carried out at universities. In a comparative perspective, the theoretical contributions of these studies are pointed out, as well as their contribution to the national panorama and categories mobilized for the understanding of: 1) the struggle of indigenous peoples against the dynamics of capitalist/colonial insertion and the presence of the slave labor, 2) disputes over the identity between being an indigenous person and a worker, and 3) the differences and conflicts between an Amazonian north-northeast region and a predominantly central-southeastern Brazil. Selection criteria were applied according to the methodology of studies on “state of the question” (Nóbrega-Therrien & Therrien 2004) and the “content analysis” (Bardin, 1977; Carlomagno & Rocha, 2016) to determine a universe of 53 research until the end of May 2022, classified according to title, abstract, conclusions and central objective. Five categories of analysis are identified: 1) Colonial History, 2) Colonial Economy, 3) Industrialization Process, 4) Labor Market and Identity and 5) Labor Rights and Indigenous Policies.

**Keywords:** Indigenous working conditions, Work relationships, Indigenous, State of the question.

### “TRABAJO FANTASMA”: ESTADO DE LA CUESTIÓN EN TESIS Y DISERTACIONES SOBRE LOS TRABAJADORES INDÍGENAS EN BRASIL

## RESUMEN

A partir de una lectura desde la antropología del trabajo latinoamericano (Cortés & Raya 2020) y una crítica a la lógica del trabajo capitalista (Illich 2008), se realiza un levantamiento bibliográfico de la producción científica en tesis y disertaciones disponibles en el Catálogo Capes con el objetivo de analizar el estado actual de la discusión sobre “Trabajo indígena” que se lleva a cabo en las universidades. En una perspectiva comparada, se señalan los aportes teóricos de estos estudios, su aporte al panorama nacional y las categorías mobilizadas para la comprensión de: 1) la lucha de los pueblos indígenas contra las dinámicas de inserción capitalista/colonial y la presencia del trabajo esclavo, 2) las disputas por la identidad entre ser indígena y trabajador, y 3) las diferencias y conflictos entre una región norte-noreste amazónica y una predominantemente central-sureste brasileña. Se aplicaron criterios de selección según la metodología de estudios sobre “estado de la cuestión” (Nóbrega-Therrien & Therrien 2004) y “análisis de contenido” (Bardin 1977; Carlomagno & Rocha, 2016) para determinar un universo de 53 estudios hasta el final de mayo del 2022, clasificados según título, resumen, conclusiones y objetivo central. Se identifican cinco categorías de análisis: 1) Historia Colonial, 2) Economía Colonial, 3) Proceso de Industrialización, 4) Mercado Laboral e Identidad y 5) Derechos Laborales y Políticas Indígenas.

**Palabras clave:** Trabajo indígena, Relaciones de trabajo, Indígena, Estado de la cuestión.

## 1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas dos povos indígenas pela Constituição Nacional de 1988 e pela Convenção 169 da OIT demonstrou um novo paradigma do mercado laboral brasileiro; produto da estratégia de integração nacional e do avanço das empresas nos territórios tradicionais. Desde o período colonial, os povos indígenas foram ingressando paulatina e forçosamente no mundo do trabalho; porém, a sua caracterização entre a população economicamente ativa e ocupada do país, assim como a formação da categoria de “trabalhador indígena”, tem sido pouco visibilizada e atualizada no debate nacional e acadêmico.

A partir de uma leitura desde a antropologia do trabalho latino-americana (Cortés & Raya 2020) e uma crítica à lógica do trabalho capitalista (Illich 2008), faz-se um levantamento bibliográfico da produção científica sobre o “trabalho indígena” em teses e dissertações disponíveis no Catálogo da Capes. O objetivo é analisar o estado atual da discussão feita desde as universidades, apontando em perspectiva comparada as contribuições teóricas desses estudos e identificando categorias mobilizadas para a compreensão de: 1) a luta dos povos indígenas diante das dinâmicas de inserção capitalistas/coloniais e da presença do trabalho escravo; 2) as disputas pela identidade entre ser indígena e trabalhador; e 3) as diferenças e conflitos entre um norte-nordeste amazônico e um Brasil, predominantemente, do Centro-Sudeste.

Apresentam-se os tipos de abordagens encontrados, assinalando a distribuição da produção científica segundo o recorte espacial do objeto/sujeito de estudo e a quantidade de produção do tema, para mostrar o “trabalho indígena” como uma categoria diferenciada, possuidora de características específicas na área política, histórica e social. Critérios de seleção foram aplicados segundo a metodologia dos estudos sobre “estado da questão” (Nóbrega-Therrien & Therrien 2004) e “análise de conteúdo” (Bardin 1977, Carlomagno & Rocha 2016) para determinar um universo de 53 produções científicas, sem delimitação temporal nem de área até final de maio de 2022, categorizados segundo o título, o resumo, as conclusões e os objetivos que tenham como interesse central, ou transversal, a compreensão da configuração do trabalho indígena no Brasil.

No entanto, este artigo propõe a caracterização das diferentes definições e identidades mobilizadas nas pesquisas encontradas sob o conceito de “trabalho fantasma” de Ivan Illich (2008); pelo fato de serem descritas como uma exploração além da cadeia produtiva do capital, mas que sustenta os outros tipos de trabalho produtivos e formais, mediante a precarização da vida familiar.

Em consequência, o presente artigo está dividido em 4 partes: na primeira, apresentam-se os processos metodológicos e procedimentos de busca das teses e dissertações para a seleção do material; na segunda parte, mostra-se a análise quanti-qualitativa a partir das 53 produções científicas escolhidas; na terceira parte, apresenta-se a caracterização do

trabalho indígena dentro do conceito do “trabalho fantasma” (Illich 2008) como estratégia de análise da questão; na última parte, à guisa de conclusão, apontam-se as principais lacunas e dificuldades para o tratamento do objeto pesquisado.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Nóbrega-Therrien e Jacques Therrien (2004), fazer uma análise do “estado da questão” implica delimitar as contribuições originais do estudo no campo científico e criar um domínio conceitual e literário do tema para a organização dos aportes encontrados. O pesquisador deve criar estratégias e habilidades teóricas para explorar essa produção e acrescentar, na análise, avaliações às teorias encontradas na sistematização da literatura.

Este tipo de estudo tem diferenças metodológicas com o “estado do conhecimento ou da arte”, ou de uma “revisão de literatura”. Enquanto o “estado da arte” faz um mapeamento da produção acadêmica para obter um inventário descritivo, e a revisão de literatura procura desenvolver a base teórica de sustentação do argumento da pesquisa; um estudo do “estado da questão” delimita as características do tema de interesse do pesquisador e identifica categorias centrais para a sua abordagem teórico-metodológica (Nóbrega-Therrien & Therrien 2004).

Tanto no processo de busca quanto na criação de categorias, parte-se da metodologia da análise de conteúdo, que permite a abordagem quanti-qualitativa nas etapas de definição, classificação e categorização. Embora autores mais contemporâneos,

como Carlomagno e Rocha (2016), considerem esta metodologia de natureza estritamente quantitativa pela forma de sistematizar a informação e achar categorias, denominando-a quantitativa-categórica; outros autores afirmam uma natureza híbrida, como Bardin (1977), que discute a controvérsia entre o procedimento quantitativo e qualitativo, precisando que “a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação” (Bardin 1977: 115); debate dos anos 50 ainda vigente.

A diferença entre as “palavras-plenas”, aquelas correspondentes ao tema e à área teórica da discussão sobre o trabalho indígena, e as “palavras-vazias”, aquelas assumidas sem contexto teórico (Bardin 1977), e, neste caso, fora do recorte das relações do mundo do trabalho, seja colonial, moderno e/ou contemporâneo, marcou a etapa de registro/seleção para o cumprimento das regras a seguir, que, segundo os autores supracitados, guiam, também, a classificação e categorização.

1) Homogeneidade: mesma dimensão de análise, entendida neste artigo como a dimensão das relações do mundo do trabalho; 2) pertinência: adequada ao interesse do pesquisador, no caso sobre o trabalho indígena, segundo o domínio literário e conceitual; 3) objetividade e fidelidade: definição de regras específicas de inclusão e exclusão para a classificação posterior dos dados por análises diferentes; 4) exaustividade: a classificação total das produções escolhidas sem existir a categoria “outro” como residual da análise; 5) de mútua exclusão: uma mesma tese ou dissertação não pode estar presente em mais de uma categoria,

ou “palavras-chaves”, implicando a sua eliminação na delimitação do universo de pesquisas escolhidas; 6) produtividade: categorias relevantes para a discussão que permitam o desenvolvimento frutífero de novas hipóteses do tema, regra em que se justifica a escolha de algumas pesquisas nas quais a discussão do trabalho indígena não é objeto central, mas transversal (Bardin 1977, Carlomagno & Rocha 2016).

Por último, apontam-se questionamentos centrais no presente artigo: como tem sido estudado o trabalho indígena nas universidades brasileiras? Qual o nível de transformação histórica do conceito de “trabalho indígena” apresentado pelas produções científicas disponibilizadas no Catálogo da CAPES? Quais os territórios e os tempos metodológicos que concentram a demanda do estudo sobre trabalho indígena?

## 2.1 PARÂMETROS DE BUSCA

Para a exploração das produções científicas sobre o trabalho indígena, foi necessário considerar três tipos de aproximações conceituais, com o fim de determinar um campo teórico inicial de busca e mitigar a subjetividade na seleção e posterior análise do material: 1) Clássica-econômica: parte da definição ocidental do “trabalho” desde a Economia Política, entendido como medida de valor/preço primitivo de qualquer objeto/mercancia gerada do esforço ou fadiga (Smith 1996); 2) Teoria Crítica: exploração do trabalho e dos trabalhadores pelos empregadores/capitalistas, reprodução da servidão, “trabalho fantasma” (Marx 2003, Illich 2008); 3) Antropologia do

trabalho latino-americana: a expressão colonial do trabalho ocidental, trabalho escravo, trabalho invisível e as ampliações do conceito (Cortés & Raya 2020).

A partir dessas aproximações teóricas, estabeleceu-se uma série de palavras-chave, como “trabalho indígena” e “trabalhadores indígenas”, com a intenção de encontrar pesquisas que identifiquem uma relação direta entre a aplicação do conceito de trabalho ocidental e as sociedades indígenas. Diferentemente, as palavras-chave “Trabalhadores AND Indígenas” e “Política AND Trabalho Indígena” funcionam separadamente para ampliar o campo da busca. Nela, a ordem das palavras não altera o resultado, o que chama a atenção para a existência ou não de uma correlação direta ou indireta dos grupos temáticos, mostrando também as possíveis lacunas e a falta de produção de uma determinada correlação.

Por último, definiu-se a palavra-chave “Mão de obra indígena” pela constante utilização na literatura ao tratar o trabalho indígena, sendo o substituto linguístico geralmente nas pesquisas históricas. Importante sinalizar a carga semântica dessa palavra-chave transmitida pelos historiadores da colônia, em que a discussão do “trabalho indígena” é entendida como uma categoria transitória e temporal dentro das estruturas nacionais das relações laborais, baseada no “trabalho negro” principalmente.

Dessa forma, de 8 a 20 de abril e, posteriormente, de 25 a 31 de maio de 2022, realizou-se o procedimento de busca e seleção da produção científica sobre o trabalho indígena, utilizando as cinco palavras-chave propostas, apresentadas no quadro 1. Du-

rante a busca, os critérios de exclusão foram especificados em quatro pontos essenciais, partindo das diferenças entre as palavras-pletas e vazias: 1) utilização da categoria “indígena” como referência para a introdução a uma problemática paralela ou geral, sem ser discutida no interior do texto; 2) trabalhos das áreas da educação e da saúde que não entram na discussão das relações de trabalho na profissionalização do professor indígena ou do trabalhador da saúde, fazendo uma discussão desde as políticas de assistência social; 3) Repetições de estudos referenciados em mais de uma busca das palavras-chave; 4) Estudos que utilizam a categoria “trabalhador” fora da relação laboral com comunidades indígenas.

As combinações das palavras-chave permitiram criar exceções para algumas pesquisas cujos objetivos não estão relacionados diretamente ao interesse do presente artigo, mas, na revisão detalhada do corpo do texto e do sumário, rastreiam-se discussões que envolvem diferentes formas de trabalho indígena, segundo as exigências teórico-metodológicas dos próprios autores. Fato relevante para pensar outras discussões sobre o tema, em coerência com a regra da produtividade proposta por Bardin (1977).

Nesse sentido, delimitou-se um universo de 53 produções científicas, acessadas integral-

mente no cumprimento dos critérios de exclusão e das regras da análise de conteúdo, considerando os títulos, os resumos, os sumários e os rastreios específicos de palavras no corpo do texto para a leitura do debate. Identificaram-se 20 produções que não foram digitalizadas pelas universidades na sua versão de tese ou dissertação, ou que são restritas, as quais são inclusas no item “descartados”, apesar do potencial para integrar os textos escolhidos e ampliar o universo delimitado. No quadro 1, apresenta-se a distribuição quantitativa de textos segundo as palavras-chaves utilizadas.

**QUADRO 1 – Distribuição quantitativa de textos localizados, escolhidos e descartados segundo as “palavras-chaves”. Elaborado pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (8-20 abril; 25-31 maio de 2022)<sup>1</sup>.**

Palavras-chaves	Resultados encontrados	Não encontrados	Total de Descartados	Escolhidos	Dissertações	Teses
Trabalho indígena	39	7	21	18	13	5
Trabalhadores indígenas	12	0	5	7	5	2
Política AND trabalho indígena	5	0	4	1	1	0
Mão de obra Indígena	47	12	37	10	5	5
Trabalhadores AND indígenas	130	1	113	17	11	6
<b>Total</b>	<b>233</b>	<b>20</b>	<b>180</b>	<b>53</b>	<b>35</b>	<b>18</b>

1 Na verificação da distribuição dos textos feita em meados de junho de 2022, evidencia-se uma alteração dos resultados de busca na plataforma CAPES, apresentando uma migração dos dados entre as “palavras-chaves” determinadas. Como exercício de comprovação, identificou-se para a palavra-chave “Trabalhadores indígenas” dessa vez 11 resultados, em que a dissertação escolhida do autor Samuel Rocha Ferreira (2020), intitulada “Filhos Bastardos da Constituição do Império: Trabalho Compulsório Indígena e a Formação do Estado Nacional na Província do Pará (1826-1831)”, migrou para os resultados de busca “trabalhadores AND indígenas”. Palavra-chave que apresentou um aumento dos resultados de busca, passando de 130 textos, nos meses de abril e maio, a 191 textos relacionados na confirmação do mês de junho, recebendo 7 textos que não se relacionam mais com as buscas anteriores das outras palavras-chave. Isto marca a importância das atualizações no mapeamento e a relevância de continuar fazendo estudo do tipo “estado da questão”.

Observa-se que a estratégia de ampliar o campo da busca utilizando palavras relacionadas à conjunção “AND” aportou 18 trabalhos disponíveis não identificados nas palavras-chaves mais específicas e diretas. De igual forma, é surpreendente que, para a relação entre “Política” e “Trabalho indígena”, rastreiam-se apenas 5 pesquisas, mostrando um campo que precisa ser explorado academicamente, sobretudo no debate da política pública. Importante ressaltar, também, a realização do procedimento de busca e seleção do material sem estabelecer filtros, tais como: área, ano nem tipo de instituições, com o fim de ampliar a busca da produção científica feita nas universidades.

### 3. ESTADO DA QUESTÃO: ANÁLISE QUANTI-QUALITATIVA

Avaliar a produção histórica de pesquisas sobre o tema em questão trouxe duas perguntas metodológicas: quando, aproximadamente, a discussão científica sobre o trabalho indígena formalizou-se na divulgação de pesquisa? A partir de qual ano o debate desse tema apresenta-se específico, direto e central nas preocupações das pesquisas?

Responder à primeira pergunta implica considerar as pesquisas “não encontradas” para ter um panorama geral do marco temporal de “iniciação científica” sobre o tema; enquanto responder à segunda exige a corroboração integral das pesquisas, utilizando os textos escolhidos. Desse modo, a inclusão das pesquisas “não encontradas” funciona como exercício pedagógico para criar uma linha temporal utilizando só o título

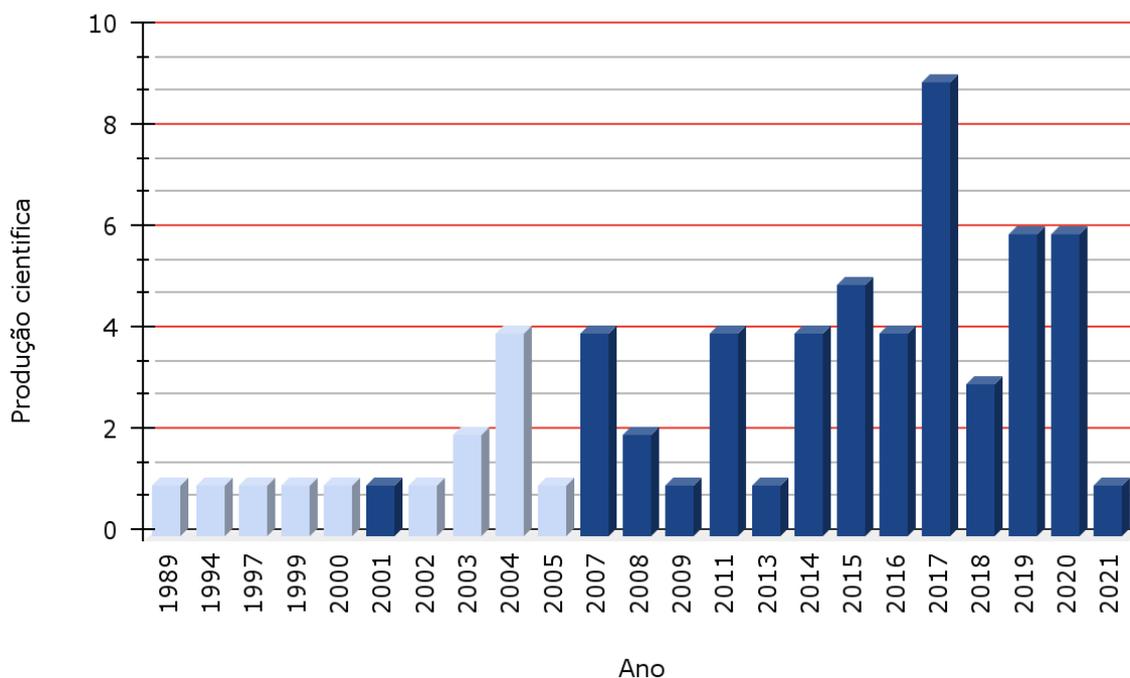
e o ano da divulgação disponíveis; porém, o marco da análise concentra-se a partir das pesquisas escolhidas.

Evidencia-se que a inclusão dos “não encontrados”, ressaltados com uma cor azul clara, amplia o marco temporal da exploração científica sobre o tema, mostrando o que se consideraria a primeira pesquisa identificada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a qual inclui, parcialmente, a discussão da mão de obra indígena no conflito entre as sociedades indígenas e as formas nacionais de ocupação, na versão de dissertação da autora Maria Idalina Cruz Pires (1989). A sua divulgação apenas um ano após as conquistas dos direitos indígenas na Constituição Nacional de 1988 é um exemplo do assentamento do debate indígena pela luta dos direitos nas instituições de ensino superior. Debate que a própria autora continua na sua tese de doutorado (Pires 2004), disponibilizada integralmente, aprofundando as relações de trabalho compulsório nas comunidades indígenas, produto das políticas indigenistas da época da colônia no sertão pernambucano.

Após 2007, evidencia-se uma consolidação sobre o trabalho indígena, quando a discussão assume maior visibilidade como objetivo central das pesquisas que fazem uma releitura do período colonial, da industrialização do país até chegar nas novas discussões da era digital. A proliferação dessa relação direta entre trabalho e sociedades indígenas deu-se com maior força de 2014 a 2020, tendo o maior número de pesquisas sobre o tema no ano 2017; anos de forte debate sobre o Marco Temporal<sup>2</sup>. As pesquisas de 2021 não apresentam um quantitativo forte de análises devido ao impacto no sistema educativo pela dinâmica pandêmica.

3 Decreto que determina inválida a ocupação das comunidades indígenas nos territórios tradicionais após o ano de

**GRÁFICO 1 – Quantidade de trabalhos produzidos por ano de divulgação. Elaborado pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (8-20 abril; 25-31 maio de 2022)<sup>2</sup>.**



### 3.1 TERRITÓRIOS E ATORES DE PESQUISA

Para entender a expansão da questão pelo território nacional e o nível de produção científica regional, elaborou-se um diagrama da distribuição do recorte espacial das pesquisas e identificaram-se as regiões mais estudadas para a configuração do mercado de trabalho indígena no Brasil. Além disso, como ferramenta de análise, inclui-se a região da “Amazônia Legal” para chamar a atenção sobre as dinâmicas diferenciadas de conflitos territoriais e socioeconômicos que tornam específicas as rela-

ções de trabalho que caracterizam seus 9 estados federativos: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e uma parte do estado do Maranhão. Apresenta-se o gráfico 2 para análise dessas diferenças, auxiliando na compreensão das linhas de pesquisa dos autores.

Por um lado, remarca-se, no diagrama esquerdo, o peso do Centro-Oeste (26,4%) e do Norte (20,8%) como as regiões de maior interesse por parte dos pesquisadores para estudar as relações laborais em comunidades indígenas, seguidas do Nordeste

1988, em oposição ao Decreto n. 4887/2003, efetivado no governo Lula, que garante os direitos e a participação das comunidades indígenas e quilombos na demarcação e reconhecimento dos territórios.

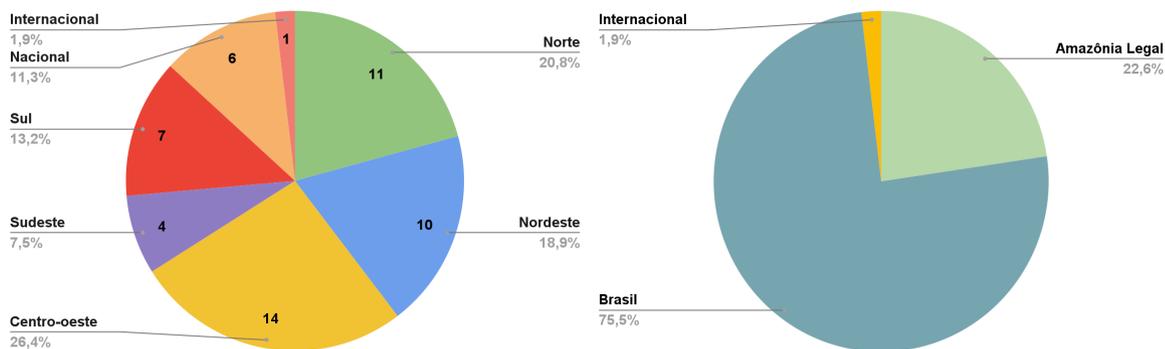
2 Aponta-se que os “não encontrados” (azul claro) misturam-se após 2001 com os textos escolhidos (azul escuro), porém, a cor de identificação mantém a cor da maioria.

(18,9%) e do Sul (13,2%). A relevância que geralmente tem o Sudeste na produção científica, por concentrar as maiores universidades e centros de pesquisa, é apenas de 7,5%, quando se trata de estudar a sua própria dinâmica de configuração do mundo de trabalho indígena e migração dessa população para os grandes centros urbanos.

Ainda que as cifras do Censo 2010 demonstrem que a maior região com presença indígena é do Norte, concentrando 38,2%, seguido do

Nordeste (25,9%) e do Centro-Oeste (16%) (IBGE 2010), não se explica o peso porcentual do recorte espacial realizado pelos pesquisadores sobre o tema. Isto mostra outra hierarquização do território, onde regiões como o Centro-oeste e Sul, consideradas com menor presença relativa de população indígena (IBGE 2010), estão tendo um aumento na preocupação dos pesquisadores pelo estudo do mercado de trabalho indígena.

**GRÁFICO 2 – Distribuição das produções segundo o recorte espacial. Elaborado pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (8-20 abril; 25-31 maio de 2022).**



Por outro lado, quando se observa a distribuição das produções com o filtro da Amazônia Legal, diagrama direito, percebe-se que 22,6% (12 pesquisas) deparam-se necessariamente com a discussão do imaginário colonial pelo território: o “vazio demográfico” dos relatos expedicionários apontado por Morbach (1997: 32), entendido como um “vazio de homens para o trabalho”, em que só existe escravidão/escravos. Essas relações de dominação e controle que envolvem a Amazônia são o berço da distri-

buição “racista do trabalho” (Quijano 2005), as quais são denunciadas pelos pesquisadores dentro de suas categorias de análise para a compreensão de um trabalho indígena no seio do capitalismo mundial, instaurado desde sempre na América Latina como um novo padrão histórico e sociológico de poder: colonial, moderno e eurocentrado.

Assim, cada forma de controle do trabalho esteve articulada com uma raça particular. Consequentemente, o controle de uma forma específica de

trabalho podia ser ao mesmo tempo um controle de um grupo específico de gente dominada. Uma nova tecnologia de dominação/exploração, neste caso raça/trabalho, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (Quijano 2005: 119).

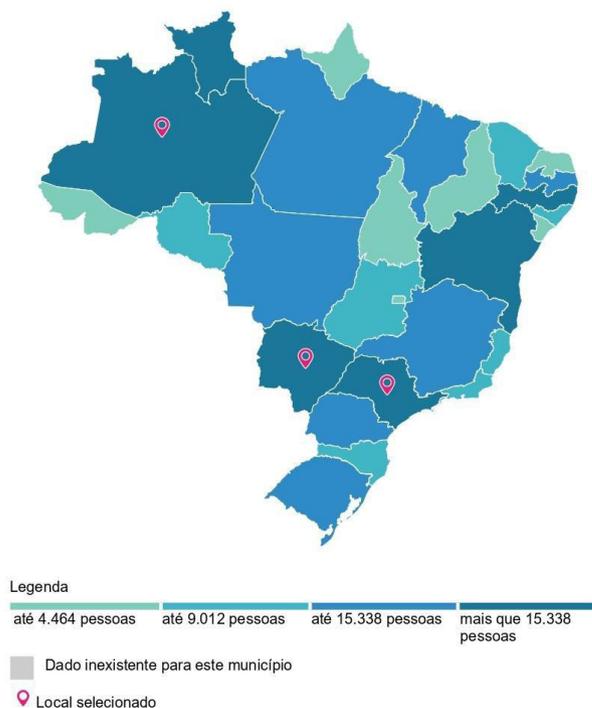
Nesse sentido, as pesquisas sobre os trabalhadores indígenas na Amazônia Legal aportam, ao panorama nacional, um marco de referência histórica do “trabalho indígena” como uma categoria advinda da implementação do sistema dominação/exploração traduzido na categoria “raça/trabalho”. Identificam-se os “indígenas” como o grupo dominado pelas estruturas ocidentais de trabalho estudadas pelos autores e questionam-se os processos de ocupação territorial.

A amostra de trabalho, do Censo de 2010, apresenta a evolução desse sistema, identificando 313.142 trabalhadores reconhecidos como indígenas no Brasil, em que o estado do Amazonas é o primeiro do ranking, com 53.810 indígenas economicamente ativos e ocupados, São Paulo é o terceiro, com 26.099, e Mato Grosso do Sul é o quinto, com 19.789, apresentado no seguinte mapa (IBGE 2010).

Este contexto não necessariamente influencia a problematização da violência na inserção de comunidades indígenas às relações de trabalho, como é o caso da região Sudeste; porém, os deslocamentos compulsórios, produto de invasões, fábricas, grilagem e megaempreendimentos energéticos e mineiros, são uma realidade que precisa ser levada em consideração para mostrar uma certa correlação di-

reta, indireta ou inversa, segundo a região, o Estado e as universidades envolvidas no nível das produções científicas.

**FIGURA 1 – Mapa da amostra do trabalho indígena no Censo de 2010. Fonte: IBGE, Cidades. Recorte indígena da Amostra - Trabalho no Censo 2010.**

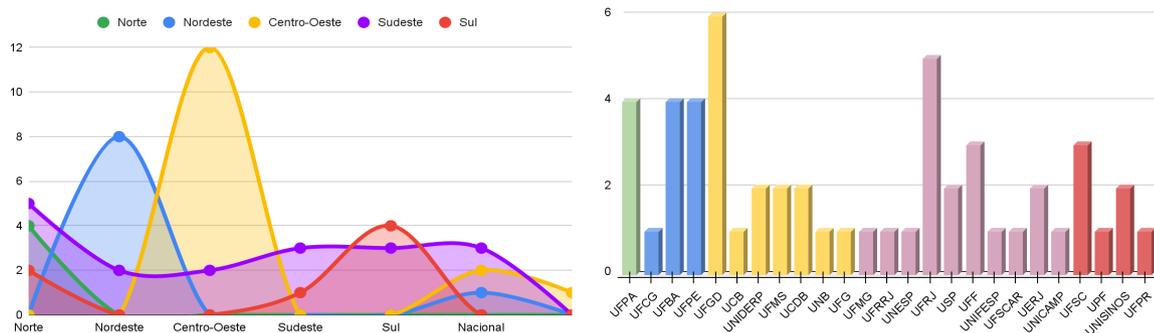


Este contexto não necessariamente influencia a problematização da violência na inserção de comunidades indígenas às relações de trabalho, como é o caso da região Sudeste; porém, os deslocamentos compulsórios, produto de invasões, fábricas, grilagem e megaempreendimentos energéticos e mineiros, são uma realidade que precisa ser levada em consideração para mostrar uma certa correlação direta, indireta ou inversa, segundo a região, o Estado e as universidades envolvidas no nível das produções científicas.

Em consequência, o gráfico 3 apresenta dois diagramas para o exercício de análise dessa correlação entre os Estados com maior presença de trabalhadores indígenas, a distribuição das pesquisas e a pro-

dução científica por universidade, identificada por cores: a) Norte: verde; b) Nordeste: azul; c) Centro-Oeste: amarelo; d) Sudeste: lilás; e) Sul: vermelho.

**GRÁFICO 3 – Distribuição da produção científica por instituição de ensino superior, região e recorte espacial. Elaborado pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (8-20 abril; 25-31 maio de 2022)<sup>4</sup>.**



O gráfico 3 demonstra a concentração e o nível de distribuição das produções sobre o trabalho indígena, em perspectiva cruzada, das regiões de procedência das universidades (linhas demarcadas/diagrama superior) e do recorte espacial da pesquisa (eixo horizontal/diagrama superior); assim como a participação de cada universidade na produção científica (diagrama inferior).

Por exemplo, as pesquisas das universidades do Sudeste mostram maior interesse em pensar

as outras regiões do que sua própria participação no mercado de trabalho indígena, aportando 83,33% da sua produção para a discussão nacional. O Sudeste é a única região onde se pode apreciar uma produção completamente diversificada do recorte espacial, mostrando maior mobilidade entre as pesquisas e uma certa homogeneidade da distribuição pelo território nacional, compensando a concentração de produção que tem geralmente esta região pela quantidade de programas de pós-graduação *stricto sensu*

<sup>4</sup> **Norte:** UFPA: Universidade Federal do Pará. **Nordeste:** UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina; UFBA: Universidade Federal da Bahia; UFPE: Universidade Federal de Pernambuco. **Centro-Oeste:** UFGD: Universidade Federal Grande Dourados; UCB: Universidade Católica de Brasília, UNIDERP: Universidade Anhanguera; UFMS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul; UCDB: Universidade Católica Dom Bosco; UNB: Universidade de Brasília; UFG: Universidade Federal de Goiás. **Sudeste:** UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais; UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; UNESP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro; USP: Universidade de São Paulo; UFF: Universidade Federal Fluminense; UNIFESP: Universidade Federal de São Paulo; UFSCAR: Universidade Federal de São Carlos; UERJ: Universidade Estadual do Rio de Janeiro; UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas. **Sul:** UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina; UPF: Universidade de Passo Fundo; UNISINOS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos; UFPR: Universidade Federal do Paraná.

ofertados. Isso significa que a forma de se relacionar com o contexto é global, e não local, como acontece com o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Por outro lado, o Sul mostra uma correlação indireta com a sua problemática regional. O alargamento da linha do Sul (diagrama superior) mostra uma relação que vai além do local, aportando 42,8% da sua produção para pensar o Norte e o Sudeste, enquanto 57,14% das pesquisas estudam as suas próprias especificidades do mercado do trabalho indígena.

Assim, identificaram-se a UFPA, UFCG, UFBA, UFPE, UFGD, UCB, UNIDERP, UCDB e UFG como universidades com produção significativamente focada na dinâmica regional do trabalho indígena. No entanto, cabe ressaltar as desigualdades que apresentam certas regiões em relação às suas universidades. Apenas a UFPA aparece como produtora do universo de pesquisas escolhidas sobre o trabalho indígena na região Norte. Diferentemente do Sudeste, a pouca oferta contínua de programas de pós-graduação *stricto sensu* na região Norte reflete as dinâmicas e os imaginários coloniais sobre o território amazônico, bem como a ineficácia das políticas de educação nacional, pois a trajetória dos programas é recente e concentra-se na cidade capital, como é o caso do mestrado em História da UFPA, criado somente em 2004 (Paz & Castro 2017).

Caso diferente da região Centro-Oeste, em que, de 7 universidades, 5 delas produzem 80% das pesquisas dedicadas a pensar o trabalho indígena no seu próprio Estado de procedência. Além disso,

observa-se uma concentração da produção científica na UFGD que supera a produção da UFRJ no Sudeste, mostrando o seu peso como universidade a nível nacional.

### 3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A descrição da “territorialização” das pesquisas feita anteriormente e as três aproximações teóricas definidas nos parâmetros de busca permitiram a construção de categorias de análises, nas quais o “trabalho indígena” assume várias formas de discussão em diferentes áreas, como é apresentado no quadro 2.

**QUADRO 2 – Distribuição das produções científicas sobre o trabalho indígena por categoria de análise. Elaborado pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (8-20 abril; 25-31 maio de 2022).**

Categorias	Pesquisas
História Colonial	15
Economia Colonial	7
Processo de Industrialização	13
Mercado de Trabalho e Identidade	9
Direitos Trabalhistas e Política Indigenista	9
<b>Total</b>	<b>53</b>

A categoria “História Colonial” (HC) reuniu os trabalhos sobre as dinâmicas de conformação e aproveitamento da mão de obra indígena nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX respectivamente. Além de apresentar os conflitos entre a coroa portugue-

sa e as sociedades indígenas pelo território, mostra também as transições de legislação da época, a forma de aldeamentos e a participação dos indígenas nos trabalhos criados pelos colonos durante o Brasil Colonial (1500-1822). A diferenciação feita com a categoria “Economia colonial” (EC) deve-se ao enfoque de algumas pesquisas em estudar determinados processos econômicos, atividades extrativistas, processos de exploração da mão de obra indígena e a participação no desenvolvimento econômico da colônia, como a sua transcrição para a primeira metade do século XX.

A categoria “Processos de Industrialização” (PI) agregou trabalhos que estudaram a instauração das indústrias nos territórios e os conflitos com as comunidades indígenas, assim como o processo de assimilação ao mercado de trabalho industrial a partir do século XX. Para uma melhor análise, as diferentes formas de estudar o trabalho indígena podem delimitar-se por períodos, com o fim de compreender se os marcos teórico-metodológicos utilizados para estudar a Colônia ou a industrialização do século XX podem contribuir para pensar situações mais atuais do mercado de trabalho.

Nesse sentido, a categoria “Mercado de Trabalho e Identidade” (MTI) buscou reunir uma discussão mais recente sobre as formações e profissionalização de trabalhadores indígenas junto aos conflitos identitários dessa inserção no mercado presentes nos discursos.

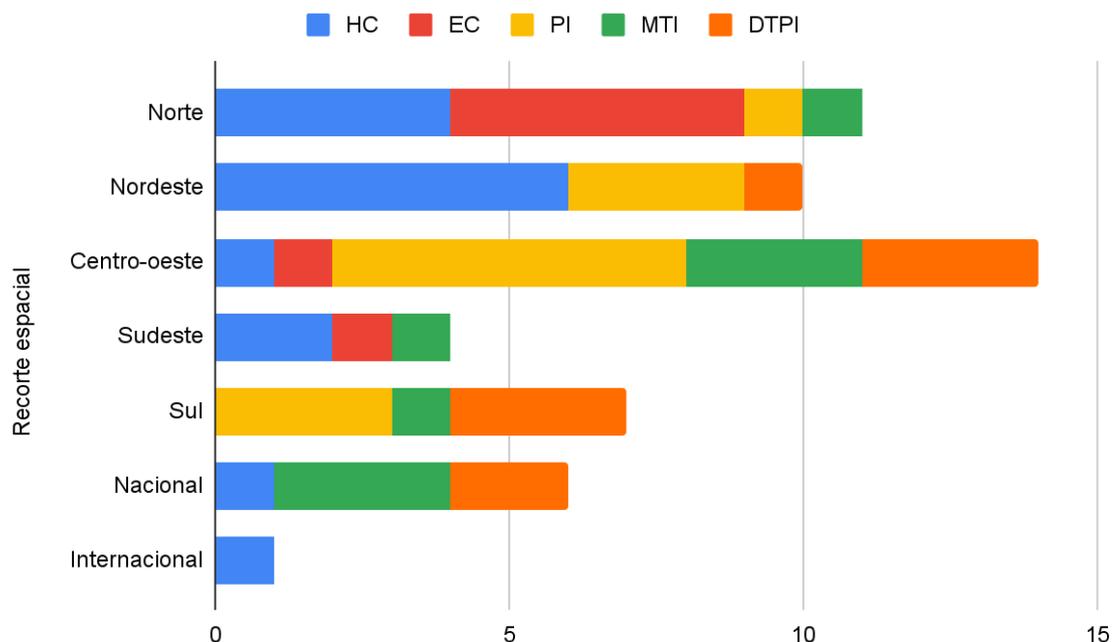
Por último, a categoria “Direitos Trabalhistas e Política Indigenista” (DTPI) acolheu as pesqui-

sas sem determinar um tempo específico do objeto de estudo nem da discussão. Esta categoria observa o aspecto político e crítico que envolve o trabalho indígena, reunindo produções desde o tempo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) até discussões jurídicas sobre as atualizações dos direitos trabalhistas das comunidades indígenas.

Para poder compreender o debate no interior dessas categorias, fez-se o exercício de distribuição por recorte espacial da pesquisa, apresentado no gráfico 4, trazendo dados interessantes para auxiliar a análise qualitativa.

Corroborar-se que as regiões Norte e Nordeste são as mais estudadas desde as categorias da História Colonial (HC) e Economia Colonial (EC), sem apresentar um grande interesse para os pesquisadores o estudo dos Direitos Trabalhistas e Políticas Indigenistas (DTPI), identificando apenas a pesquisa de Pires (2004) para o Nordeste. Situação preocupante, dados os inúmeros conflitos com garimpeiros, ações judiciais contra as empresas presentes nos territórios e a constante violação de direitos dos povos amazônicos denunciada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Uma possível explicação para essa realidade são os poucos estudos das formas contemporâneas do trabalho indígena e discussões sobre a assimilação do mercado de trabalho nacional, em que apenas as pesquisas de Silva (2015) e Santos (2014) trazem a discussão do tema para o século XXI no contexto nacional.

**GRÁFICO 4 – Distribuição das categorias de análise por recorte espacial. Elaborado pelos autores a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES (8-20 abril; 25-31 maio de 2022).**



De igual forma, ressalta-se que o Centro-Oeste é a região do recorte espacial onde o trabalho indígena é pensado desde o Processo de industrialização (PI) com mais força do que nas outras regiões, assim como também é significativa a categoria de Mercado de Trabalho e Identidade (MTI) e DTPI, mostrando uma complementaridade entre as categorias ao analisar o trabalho indígena. O Centro-Oeste mostra-se como a única região estudada que apresenta todas as categorias de análise, sendo variada e ampla a compreensão que os pesquisadores desenvolvem nas suas pesquisas.

A região Sul chama a atenção por não ter interesse nos estudos da HC e EC, mas principalmente

no período industrial, no PI e no DTPI. Por outro lado, o Sudeste não apresenta interesse nos processos de industrialização, embora seja a região mais industrializada. Por último, mostra-se que o estudo do tema na perspectiva nacional reúne as discussões da HC, MTI e DTPI, evidenciando os marcos teóricos gerais e as lógicas lidas sobre a configuração do trabalho indígena no Brasil.

Com a identificação territorial assumida pelas categorias de análises propostas, também, identificam-se certos tempos metodológicos usados pelos autores para a abordagem qualitativa. Quatro tempos estratégicos aparecem: 1) Tempo Colonial: abrange duas categorias focadas na história e na

economia da época; 2) Tempo Moderno: inclui a categoria “Processos de Industrialização”; 3) Tempo contemporâneo: apresenta os estudos sobre o mercado de trabalho e a discussão de identidades; 4) Sem tempo: reúne a categoria dos Direitos Trabalhistas e as Políticas Indigenistas por apresentar discussões que podem ser estudadas em perspectiva com os demais tempos; além da urgência política trazida pelos pesquisadores nas suas conclusões para a análise desta categoria.

### 3.3 TEMPO COLONIAL: HISTÓRIA E ECONOMIA DA COLÔNIA

A partir da pergunta “Como a história e a economia colonial contribuem para a formação teórica dos estudos sobre o trabalho indígena no Brasil?”, foram analisadas as pesquisas de Ferreira (2020), Ribeiro (2019), Alves (2017) e Garcia (2009), por trazerem diferentes perspectivas teóricas sobre o trabalho indígena. Embora possamos diferenciar as pesquisas pertencentes à História Colonial das pesquisas classificadas na Economia Colonial, a análise dos 4 trabalhos permite mostrar, por um lado, as relações políticas de conformação do poder colonial e, por outro lado, a instauração dos tipos de trabalhos impostos aos indígenas, desenhando um panorama geral do mercado colonial partindo de 1700.

Essas pesquisas situam a discussão desde as políticas indigenistas da época, entendidas como processo de catequização e civilização para os indígenas. Nesse sentido, os autores estudam o trabalho indígena desde as redes de contrabando na América

Portuguesa (Maranhão e Grão-Pará), o serviço militar prestado à Marinha e a prestação de serviços, como diarista e mensalista, na abertura de fazendas, construção de estradas ou linhas telegráficas e da ferrovia, reforçando a importância da mão de obra indígena para a construção da sociedade colonial e das bases do Estado nacional.

A perspectiva de Alves (2017) propõe pensar o trabalho indígena, desde seus primórdios, como uma mercadoria negociável, em termos marxistas, desvelando as suas lógicas de “reprodução” e “circulação” nos circuitos do contrabando. O cativo, o tráfico de mão de obra indígena, foi uma instituição econômica clandestina integrada à vida dos moradores e à administração das capitânicas no Maranhão e Grão Pará. Em outras palavras, uma rede de relacionamentos criada entre religiosos, moradores, administradores da coroa e contrabandistas, multiplicava-se constantemente, alimentando a engrenagem política das Metrôpoles para manter a estabilidade das relações sociais.

Por outro lado, o processo de recrutamento de indígenas para o trabalho, na sua expressão legal, foi estudado por Ribeiro (2019), trazendo o marco teórico-metodológico da Nova História Indígena, Nova História Militar e História do Trabalho para a compreensão dos mecanismos de captação de mão de obra indígena feitos pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro entre 1763 e 1820. O estudo das reformas militares da época permitiu entender o trabalho indígena como parte de uma estratégia militar de civilização que procurava a assimilação das populações indí-

genas em aldeias e vilas. Segundo o autor, os conflitos bélicos do século XVIII, entre os países europeus, mudaram os sentidos da guerra e demandaram a profissionalização dos soldados. Diante da escassez de homens, as “guerras justas” foram promovidas para garantir o acesso ao trabalho dos índios. Atividades de cunho militar e naval foram desenvolvidas pelos indígenas recrutados pelo Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, criando a categoria socioprofissional de remeiros ou remadores (Ribeiro 2019).

Embora os baixos soldos e as condições insalubres tenham promovido resistências e deserções dos trabalhadores indígenas, marcou-se dentro da instituição militar uma associação entre o bom desempenho das atividades de trabalho indígena e a manutenção do núcleo familiar dentro do lugar de trabalho. Uma transformação importante para trazer a vida familiar indígena ao mundo do trabalho, com o fim de desmotivar fugas e exercer o controle em todos os aspectos.

A discussão pela liberdade desde o campo do trabalho continua se aprofundando com a pesquisa de Ferreira (2020). Diferentemente de Ribeiro (2019) e Alves (2017), Ferreira (2020) relaciona diretamente o trabalho indígena como uma expressão do “trabalho compulsório” e aponta a necessidade de pesquisas futuras sobre a compreensão dessa relação entre múltiplas formas de trabalho, identificadas nas demandas das fazendas nacionais, no arsenal da Marinha de Belém, nas fábricas nacionais, nas obras públicas, no transporte de mercadorias e pessoas e nos arrematadores de contrato.

Em concordância com a pesquisa de Ferreira (2020), a pesquisa de Garcia (2009) continua com o estudo do trabalho compulsório, mostrando, desde 1845 a 1930, a instauração de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na promoção do trabalho indígena obrigatório. O autor aponta o disciplinamento para o trabalho como forma de instruir indígenas para alugar sua própria mão de obra e ressalta os benefícios econômicos dessa prática para a região Sul. Do mesmo modo que Ribeiro (2019) apontou a profissionalização dos trabalhos que eram realizados exclusivamente por indígenas em um princípio, Garcia (2009) reconhece que comunidades como os Terena, no Mato Grosso do Sul, ofertaram os trabalhos que posteriormente foram desenvolvidos e institucionalizados na dinâmica econômica, sendo os indígenas os primeiros trabalhadores da região. A pesquisa de Garcia (2009) serve para observar e questionar a transição, adaptação e reestruturação desse “tempo colonial” à independência do Brasil, apresentando as bases de sua indústria nas regiões com maior presença indígena como Mato Grosso do Sul.

### 3.4 TEMPO MODERNO: PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Com o respaldo da escola de pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), iniciou-se o projeto nacional de industrialização brasileira através de políticas fortes de substituição de importações, envolvendo o Estado como ator importante no planejamento da

expansão da indústria. Assim, durante 1950 e 1970, garantiram-se as condições para completar a instalação da indústria pesada: indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital, assim como a mecanização do processo produtivo agrícola (Carvalho & Carvalho 2013).

A partir desse cenário de políticas econômicas, a tese de Bezerra (2020) e a dissertação de Motta (2014) debruçaram-se sobre a industrialização do trabalho indígena, trazendo a experiência dos índios Xukuru no setor agroindustrial em Pesqueira, de 1940 a 1960, em Pernambuco, e a atual experiência assalariada dos Kaingang e Guarani na indústria frigorífica no Mato Grosso do Sul, respectivamente. A invisibilidade dos indígenas como operários desses processos de instalação e reprodução da indústria brasileira é contestada pelas duas pesquisas, apresentando descrições dos contratos, das formas coercitivas e da divisão *racista de trabalho* para o aproveitamento da mão de obra indígena.

A pesquisa de Bezerra (2020) expõe os processos de aquisição de terras indígenas por parte das fábricas para facilitar a exploração da mão de obra de grupos como os Xukuru, utilizando mulheres e crianças indígenas. O trabalho indígena é discutido a partir das relações entre a industrialização e a concentração territorial, em que o autor frisa o poder territorial dos donos das fábricas, como é o caso da fábrica Peixe em Pesqueira.

Observam-se três níveis do processo de industrialização do trabalho indígena. Um primeiro nível feudalista, em que as fábricas aproveitaram a co-

mercialização indígena de matéria-prima, produto do sistema de “trabalho alugado”, que permitia aos fazendeiros obter ganhos da produção em troca da terra emprestada. Um segundo nível latifundiário, no qual as fábricas adquiriram a maior parte das terras e o trabalho indígena da agricultura tradicional foi transferido para as grandes plantações fabris. Um terceiro nível operário, em que os indígenas saíram das plantações para trabalhar nas instalações da fábrica no centro da cidade, tendo que decidir entre morar na sua aldeia e percorrer grandes distâncias a pé, ou aglomerar-se na periferia da cidade, construindo bairros de operários indígenas dependentes do trabalho temporário da indústria. Esses três níveis são entendidos como realidades simultâneas na industrialização feita da economia regional nordestina, que não se preocupa pelos direitos trabalhistas.

Motta (2014) apresenta um outro nível da industrialização brasileira com o estabelecimento de infraestrutura mecanizada e assentada no sistema fordista-taylorista ao interior das fábricas; assim como uma superestrutura pública que permitisse a livre mobilidade dos novos trabalhadores: aldeia-fábrica(frigorífico)-aldeia. Razão que atribui como resposta à pergunta: “por que as empresas não contratavam indígenas até o início do século XXI?” (Motta 2014: 98).

A categoria de “subproletariado indígena”, utilizada pela autora, refere-se às condições precárias do trabalho que são aceitas pelas comunidades indígenas, devido à sua rápida inserção no mundo do trabalho rural desde metade do século XX. Família-

rizados com as dificuldades de deslocamentos e a necessidade de trabalho por falta de territórios, ter carteira assinada converteu-se em uma possibilidade de autonomia, em pese a exploração do trabalho feita pelas fábricas. Motta (2014) aponta o subproletariado indígena como os trabalhadores precários que estão à margem dos trabalhadores formais; uma subclasse que não se sente representada nas lutas sindicais e é complacente com as dificuldades encontradas, produto do processo de colonização. Contribuição importante para pensar a consciência étnica do trabalhador indígena inserido nas formas de exploração do capital e na relação classe-etnia estudada pela autora, que marcam a fase industrial na configuração do mercado de trabalho indígena.

### 3.5 TEMPO CONTEMPORÂNEO: MERCADO DE TRABALHO E IDENTIDADE

A questão da identidade indígena dentro do mundo do trabalho aparece com maior força após as consequências de um processo colonial e de modernização das estruturas socioeconômicas do país. As populações nativas foram obrigadas a se modernizar na mesma velocidade que a indústria brasileira, implicando forte aumento de migração de comunidades indígenas aos grandes centros urbanos. Segundo dados do Censo 2010, 70% da população indígena, entre 15 e 64 anos de idade, saiu de suas aldeias, urbanizou-se e atualmente participa do mercado de trabalho (IBGE 2010).

Em consequência, determinaram-se discussões do trabalho indígena que apresentaram a configu-

ração de um mercado de trabalho centrado nas relações de conflito rural-urbano e nas novas formas de trabalho digital; trazendo os questionamentos das relações interétnicas entre os empregadores e os empregados para determinar certos postos de trabalho, comportamento ou trato laboral. Portanto, escolheram-se a dissertação de Ferrari (2017) e a tese de Santos (2014), mostrando a discussão na escala nacional e regional respectivamente.

Desse modo, na pesquisa de Ferrari (2017), estuda-se o processo identitário do trabalhador indígena brasileiro *discursivizado* na rede social Facebook. A partir da análise do discurso e do método *arqueogenealógico* proposto por Foucault, a pesquisadora problematiza os discursos produzidos no ambiente virtual e os seus efeitos no processo subjetivo de identificação étnica. Nesse sentido, a percepção dos outros e dos próprios indígenas sobre a sua inserção como trabalhadores urbanos, expressada em comentários e posts em grupos de Facebook, fazem parte do ambiente laboral do atual mercado de trabalho e ajudam na construção de um discurso nacional sobre o trabalhador brasileiro. A reprodução desse discurso nacional-colonial é denominada pela autora como “*cyberbullying*”: fronteira de ideologias e relações de poder que reforçam a perseguição, anulação e desrespeito da diferença para a homogeneidade de uma “raça”.

A nível regional, o discurso identificado pela Ferrari (2017) se faz presente no estudo de Santos (2014) desde a cotidianidade dos trabalhadores urbanos da cidade de Boa Vista em Roraima. Embora o processo de profissionalização de indígenas esteja aumentan-

do paulatinamente a nível nacional, sobretudo nas áreas de educação e saúde, Santos (2014) observa ainda uma forte demanda de mão de obra indígena para trabalhos que não precisam de uma qualificação profissional, mantendo os critérios coloniais de recrutamento para serviços domésticos ou braçais.

Segundo Santos (2014), a construção da identidade dos trabalhadores indígenas de Roraima mostra um processo social contextual de uma identidade em trânsito, produto do exercício de relações interétnicas em que a mesma pessoa se identifica como indígena em determinadas situações e, em outras, aceita os reconhecimentos dos outros como “caboclo”, “remanescente” ou “índio misturado”. Dessa forma, a pesquisa de Santos (2014) marca uma relação relevante entre as interações sociais dos atores e os tipos de trabalho que envolvem um determinado setor, área ou lugar. A (in)formalidade do trabalho, ao qual são condicionadas comunidades indígenas, possibilitam esse trânsito de identidades estratégicas assumidas no espaço citadino do trabalho assalariado, exemplificado no subemprego de babás, vendedores ambulantes, catadores de material reciclável, feirantes, jardineiros, pedreiros e coletores de lixo.

### 3.6 SEM TEMPO: DIREITOS TRABALHISTAS E POLÍTICAS INDIGENISTAS

Como pensamento do passado, presente e futuro, este tempo metodológico mostra-se de suma importância para os futuros estudos sobre a formula-

ção de políticas públicas que tentem superar o papel assistencialista do Estado. Em consequência, abriu-se um debate na área do direito para contestar a exclusão dos povos indígenas nas políticas públicas. Debate acentuado ainda mais pela inserção indígena no mercado de trabalho, fato reconhecido internacionalmente no art. 20 da Convenção 169 da OIT, dispondo que os trabalhadores indígenas devem desfrutar dos mesmos direitos dos trabalhadores nacionais. Porém, como é apontado por Veloz (2009), a maioria dos países da América Latina que ratificou a Convenção 169 não possui políticas indigenistas voltadas às necessidades dos povos originários.

Essa contradição é apresentada nas pesquisas de Braun (2016) e Corrêa (2008), que mostram, por um lado, o exercício de luta dos povos indígenas na demanda dos seus direitos trabalhistas e, por outro lado, a resposta de organismos públicos, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em relação à efetividade e praticidade da política indigenista.

Braun (2016) demonstra um crescente número de reclamações trabalhistas inscritas no Foro Trabalhista de Chapecó, que envolvem situações de discriminação, de não reconhecimento de vínculo empregatício, sobrejornada de trabalho, horas *in itinere*<sup>5</sup> e não pagamento pelas atividades de troca de uniformes e deslocamentos internos. Um elemento interessante nessa pesquisa é ter acesso aos dados das diferentes reclamações feitas pelos Kaingang

<sup>5</sup> Refere-se ao tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, em que fica à disposição do empregador.

nos últimos cinco anos, assim como saber os tipos de trabalhos, empresas contratantes, porcentagem de homens ou mulheres trabalhadores.

Segundo Braun (2016), 80% das demandas foram conciliadas devido à necessidade premente dos indígenas de se alimentar e ter que aceitar acordos pouco satisfatórios, implicando efetividade parcial dos direitos exigidos. Entretanto, não traz a visão do demandante indígena e restringe a sua análise ao funcionamento do sistema jurídico, que ainda tem como base o Estatuto do Índio, promulgado em 1973 para esses temas, entrevistando unicamente os advogados, o juiz do trabalho e o procurador do trabalho. Contradição metodológica dentro do próprio discurso jurídico empregado pela autora.

Por sua parte, Corrêa (2008) analisa as ações indigenistas do Estado brasileiro através da atuação da FUNAI, considerando a evolução do debate jurídico apresentado por Braun (2016), mas contextualizando-o com as propostas de “atuação para o desenvolvimento” do país. Assim, o autor faz uma releitura do indigenismo, desenvolvimento, mecanismos tutelares, administração pública e ação estatal para a compreensão dessa transformação de indígenas em trabalhadores promovida pelo Estado e efetivada pela FUNAI. Corrêa (2008) aponta de que forma a organização, estrutura e prática do indigenismo dessa instituição adaptou-se às categorias e aos procedimentos de propostas desenvolvimentistas, possibilitando uma rede tutelada de mão de obra indígena, segundo os interesses militares/econômicos do país durante 1970-1980.

Porém, a efetivação dos direitos dos povos indígenas e as políticas indigenistas devem trazer a experiência da luta indígena, junto às suas vozes, como pontos norteadores das pesquisas. Assim, sugere-se evitar as tautologias dos processos normativos judiciais e contribuir para a resolução das contradições e dicotomias apresentadas, as quais devem contemplar também as discussões sobre o Marco Temporal, para pensar essas relações do mundo do trabalho com as comunidades indígenas.

#### **4. TRABALHO FANTASMA: ESTRATÉGIA DE ANÁLISE**

O estudo do “estado da questão” permitiu enxergar as diversas transformações da relação de trabalho em comunidades indígenas, assumidas sob a forma de trabalho clandestino, mercadoria de contrabando, trabalho compulsório e trabalho militar. Formas conceituadas no tempo da colônia, mas que não se distanciam das formas mais industrializadas e empresariais que continuam ainda no debate da legalidade/ilegalidade do “trabalho livre” e do “trabalho escravo”.

As análises feitas pelos pesquisadores mostram uma gama de conceitos e teorias entre o trabalho precário, a construção de uma subclasse emergente, o subemprego e o subproletariado, que possuem elementos comuns: a informalidade do trabalho, sua temporariedade, a falta de qualificação, a sua marginalização e colonização. Esses elementos implicam adaptação da crítica marxista, envolvendo as discussões políticas sobre a formação de classe dos operários

e profissionais indígenas; assim como questionamentos sobre o reconhecimento da identidade desses trabalhadores nas regiões urbanas e no “ciberespaço”, segundo os estudos mais contemporâneos sobre o tema.

No entanto, essas formas teóricas acentuam-se ainda mais quando se localizam em territórios amazônicos, onde o tempo da colônia está ainda em vigor nos circuitos do contrabando do garimpo e nos serviços domésticos ou braçais do trabalho escravo. O trabalhador indígena amazônico aprofunda as relações informais e marca a vivência desse mundo laboral do Ocidente nas práticas de servidão e escravidão. Desse modo, apresenta-se, como um ponto de partida para a compreensão do “Trabalho Indígena”, a inclusão da vida familiar e cultural nas relações laborais, onde a captação da força de trabalho dessas populações mostra-se como um evento massivo, comunitário e familiar em todos seus âmbitos, estendendo-se a todo o território nacional.

Nesse sentido, o conceito de “trabalho fantasma”, entendido por Illich (2008: 134-135) como aquele trabalho não remunerado, que o capital pretende designar dentro do conceito de “trabalho voluntário” ou “vida familiar”, é proposto como estratégia de análise para abordar os diversos aspectos da exploração dos trabalhadores indígenas, identificada nas pesquisas revisadas, principalmente, quando o “trabalho indígena” é pensado nas fronteiras do capital como uma forma distinta de servidão, que tem como características um trabalho não reconhecido, informal, invisível, não produtivo, doméstico, escravo, precário e voluntário com consumo forçado.

Llamo “trabajo fantasma” a ese complemento del trabajo asalariado, a saber: la mayoría de los trabajos domésticos que realizan las mujeres en sus casas o en sus departamentos; las actividades vinculadas con sus compras, la mayor parte del trabajo que realizan los estudiantes “empollando” sus exámenes; el esfuerzo que se realiza para ir al trabajo y regresar de él. Esto incluye el stress de un consumo forzado, el triste abandono de su ser en las manos de expertas terapeutas, la sumisión a los burócratas, los apremios para preparar el trabajo y un buen número de actividades comúnmente etiquetadas como “vida familiar” (Illich 2008: 134-135).

Isto implica que a mais-valia definida por Marx vai além da exploração dentro da cadeia produtiva, pois, com a flexibilização do trabalho, o capitalista não se faz responsável por aquele “trabalho fantasma” que acontece antes do trabalho assalariado. Por isso, atividades que não têm relação com o processo produtivo ou com a cadeia de valor são colocadas no final e, inclusive, tornam-se inexistentes, fantasmas para o sistema capitalista em um tempo *in itinere*.

Ivan Illich (2008) conceitualiza essa situação para populações vulneráveis ao processo de reprodução do capital, como mulheres, donas de casa, estudantes e pessoas que não qualificam como “trabalhador”, porém, abriu um espaço para pensar todos aqueles recusados pelo sistema, dentro dos quais as comunidades indígenas estão presentes.

Os povos indígenas têm feito desde sempre um “trabalho fantasma”, em que a sua materialidade pretende ser apagada pela lógica colonial do capital, questionando a sua própria inclusão no conceito de trabalho. Isso se traduz no panorama nacional como

reticências entre os empregadores para formalização da assinatura da carteira de trabalho. Situação que tem gerado a ação por parte dos indígenas ante as “Varas de Trabalho”, com o propósito de exigir a formalização da sua relação laboral, como no caso do município de Dourado, no Mato Grosso do Sul, onde 60% das ações ajuizadas são relativas ao trabalho indígena (Jornal Consultor Jurídico 2003).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A visão histórica das comunidades indígenas como trabalhadores temporários não pode continuar orientando o debate sobre a configuração do mercado de trabalho indígena no Brasil. O trabalho fantasma realizado desde o tempo da colônia e denunciado pelas pesquisas aqui estudadas demonstrou que a categoria, antes transitória para relacionar o trabalho indígena com a economia nacional, tornou-se fixa ante a temporariedade e flexibilização dos trabalhos industriais, provocando um trânsito de identidades assumidas, segundo o tempo e o território, entre trabalhador, caboclo ou indígena misturado, como mostra Santos (2014).

A complexidade do mercado de trabalho indígena insere-se em uma sociedade moderna e industrializada, com relações coloniais latentes, para a identificação de seus trabalhadores nas suas expressões contemporâneas. No caso da experiência brasileira, essas vias de acesso ao trabalho indígena estão marcadas pelos deslocamentos compulsórios, perda do território e violências simbólicas e epistêmicas que auxiliam na construção de categorias de análise utilizadas pelos pesquisadores.

O estado estacionário da análise para algumas regiões deve-se ao ancoramento do “trabalho indígena” nos imaginários coloniais do território no qual se delimita a pesquisa. Marcam-se regiões como o Norte e o Sudeste que fogem do debate atual da configuração do mercado de trabalho, preferindo perspectivas mais históricas a temas mais atuais, como processos de industrialização, processos identitários e de profissionalização.

Portanto, existe um desequilíbrio das abordagens teóricas para certos territórios que preferem pensar as relações de trabalho com comunidades indígenas no século XVIII e XIX. Esse é o principal problema identificado neste artigo para o estudo do “trabalho indígena”, sobretudo em territórios onde os pesquisadores ainda têm que concentrar seus esforços em contestar o “vazio demográfico” dos cronistas, assim como a figura do trabalhador nacional brasileiro, sem distinção de cor e raça.

A respeito das lacunas no nível de produção científica, sobressai a baixa correlação entre pesquisas sobre trabalho indígena e formulação de políticas públicas. Das 53 pesquisas, foram identificadas 9 relacionadas às políticas indigenistas e aos direitos trabalhistas. Não foram encontrados estudos que tratem diretamente de uma análise de política pública para trabalhadores indígenas ou de políticas de trabalho que envolvam comunidades indígenas, deixando toda uma área inexplorada para futuros estudos.

Embora o universo de 53 produções científicas seja significativo em termos quantitativos, observase a limitação institucional do Catálogo da Capes

para a divulgação e atualização das pesquisas na plataforma, influenciando sobre o estado da questão no panorama nacional; assim como as desigualdades na participação das universidades, apontando desafios da política pública de educação superior.

Para concluir, vale a pena ressaltar que o futuro deste estudo depende, como advertem Cortés e Raya (2020), bem como Palermo e Capogrossi (2020) sobre os estudos acerca do trabalho na Latinoamérica, de um esforço interdisciplinar, da disposição de trabalhar nas fronteiras do conceito para a sua recarac-

terização fora e dentro dos denominados “espaços produtivos”. Dessa forma, a compreensão das lutas de alguns povos indígenas pela formalização do vínculo empregatício, da exploração da cultura indígena por políticas de gestão empresarial, assim como da perda do território pela chegada de empresas dentro da categoria do “Trabalho Fantasma”, contribui para o cumprimento dos objetivos deste artigo: auxiliar na ruptura epistemológica de certas categorias e noções rígidas, partindo do “trabalho indígena” como um processo dinâmico e não estático.

## 6. REFERÊNCIAS

Alves, Dysson Teles. 2017. O tempo dos régulos do Sertão: o contrabando de índios na Amazônia Portuguesa (c-1700 c-1750). Tese em História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém.

Bardin, Laurence. 1977. *Análise de Conteúdo*. Tradução de Luís Antero Relo e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70.

Bezerra, Edmundo Cunha Monte. 2020. Os índios Xukuru e a Serra do Ororubá: história, natureza e o trabalho indígena no universo agroindustrial em Pesqueira/PE (1940-1960). Tese de Doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Braun, Helenice da Aparecida Dambrós. 2016. Efetividade dos direitos trabalhistas dos indígenas e seus instrumentos jurídicos: uma análise das demandas trabalhistas das comunidades indígenas em Chapecó. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, SC, Florianópolis.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). 2016. *Plataforma Sucupira*. Brasília, DF: CAPES. <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Carvalho, David Ferreira e Carvalho, André Cutrim. 2013. Desindustrialização e reprimarização da economia brasileira contemporânea num contexto de crise financeira global: conceitos e evidências. *Revista Economia Ensaios*. 26(1): 35-64. <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/17548>

Carlomagno, Márcio C. e Rocha, Leonardo Caetano da. 2016. Como criar e classificar categorias para fazer Análise de Conteúdo: Uma questão metodológica. *Revista Eletrônica de Ciência Política*. 7(1): 173-188. <http://dx.doi.org/10.5380/recp.v7i1.45771>

Corrêa, José Gabriel Silveira. 2008. Tutela & Desenvolvimento/Tutelando o desenvolvimento: questões quanto à administração do trabalho indígena pela Fundação Nacional do Índio. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, MN/PPGAS, Rio de Janeiro.

Cortés, Edgar Belmont e Raya, Tania Rosas. 2020. Hacia una recaracterización del concepto de trabajo desde una antropología latinoamericana por demanda, in *Tratado latinoamericano de Antropología del Trabajo*. Editado por Palermo, Hernán M. e Capogrossi, María Lorena, pp. 161-196. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; CEIL; CONICET.

Ferrari, Fabiana. 2017. O indígena no mercado de trabalho: o cyberbullying e a (re)produção das identidades. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas.

Ferreira, Samuel Rocha. 2020. “Filhos bastardos da constituição do Império”: Trabalho compulsório indígena e a formação do Estado nacional na província do Pará (1826-1831). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Guarulhos.

Garcia, Adilso de Campos. 2008. A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930). Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2010. *Censo demográfico 2010: Características gerais dos indígenas: Resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd\\_2010\\_%20indigenas%20\\_universo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_%20indigenas%20_universo.pdf).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2012. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE. [https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena\\_censo2010.pdf](https://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf).

Illich, Iván. 2008. El trabajo Fantasma, in *Obras Reunidas Volumen II*, pp. 43-177. México: FCE.

Jornal Consultor Jurídico. 2003. Justiça do Trabalho fará primeira audiência em aldeia indígena. *Revista Consultor Jurídico*, seção Integração Nacional, 18 de agosto de 2003. [https://www.conjur.com.br/2003-ago-18/justicaprimeira\\_audienciaaldeia\\_indigena](https://www.conjur.com.br/2003-ago-18/justicaprimeira_audienciaaldeia_indigena)

Marx, Karl. 2003. *Manuscritos de Economía y Filosofía*. Madrid: Alianza editorial.

Morbach, Marise. 1997. *Amazônia in concert*. Dissertação de Mestrado em Comunicação Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Motta, Mariana Porto. 2014. *O trabalho indígena em frigoríficos no sul do Brasil: Índios Kaingang e Guarani como assalariados*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Motta, Graziela Da Silva. 2019. *Trabalho Assalariado e Trabalhadores Indígenas nos Pomares de Maçã no Sul do Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Nóbrega-Therrien, Sílvia Maria e Therrien, Jacques. 2004. Trabalhos científicos e o estado da questão. *Estudos Em Avaliação Educacional*. 15 (30): 5-16. <https://doi.org/10.18222/eae153020042148>

Palermo, Hernan e Capogrossi, María Lorena. 2020. *Tratado latinoamericano de Antropología del Trabajo*. Buenos Aires: CLACSO; CEIL; CONICET.

Paz, Adalberto e Castro, Lara de. 2017. Trabalho e trabalhadores na história da Amazônia. *Revista Mundos do Trabalho*. 9(17): 5-9. <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2017v9n17p5>

Pires, Maria Idalina Cruz. 1989. *Colonização e Conflito: O Povoamento do Sertão Nordestino e a “Guerra Dos Bárbaros”*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Pires, Maria Idalina Cruz. 2004. Resistência Indígena nos Sertões Nordestinos no Pós-Conquista Territorial: Legislação, Conflito e Negociações nas Vilas Pombalinas. 1757 - 1823. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Quijano, Aníbal. 2005. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina, in *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, pp. 117-142. Buenos Aires: CLACSO.

Ribeiro, Silene Orlando. 2019. “Exímios remadores do Arsenal da Marinha”: recrutamento e trabalho indígena no Rio de Janeiro (1763-1820). Tese de Doutorado em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica Biblioteca Depositária: biblioteca central.

Santos, Roseli Bernardo Silva dos. 2014. Processos de identidade dos indígenas trabalhadores da construção civil na cidade de Boa Vista/RR. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Silva, Márcia Regina Marques Amado Da. 2015. Responsabilidade Social Empresarial e Agregação de Valor – O Caso De Uma Empresa Plantadora de Eucalipto na Amazônia Legal. Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

Smith, Adam. 1996. *A riqueza das nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda.

Vanin, Alex Antônio. 2020. Os Kaingang de Cacique Doble e a política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios: trabalho, educação e integração (1941-1967). Dissertação de Mestrado em História, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo.

Veloz, Christian Ramos. 2009. Trabalho Indígena. *Rev. TST*. 75(1): 124-129. <https://hdl.handle.net/20.500.12178/6564>

Vosgerau, Dilmeire Sant’Anna Ramos e Romanowski, Joana Paulin. 2014. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*. 14(41): 165-189.